

ATA DA XXIII REUNIÃO ORDINÁRIA

15 de junho de 2011

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, no Auditório do Anexo I, Térreo, do Palácio do Planalto, Brasília/DF, foi realizada a XXIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A sessão foi presidida pelo Sr. Renato Maluf e teve a presença dos membros titulares e suplentes conforme lista de presença anexa. O Sr. Renato Maluf saudou a todos os presentes, agradeceu à Empresa Brasil de Comunicações pela transmissão ao vivo da sessão e iniciou a reunião, passando ao primeiro ponto da pauta: **1. Aprovação da Ata da XXII Plenária e da Pauta.** Colocando em apreciação a ata da XXII Reunião da Plenária do CONSEA e não havendo manifestações em contrário, a ata fora aprovada por unanimidade. A seguir, apresentou a pauta proposta, que foi aprovada com a seguinte dinâmica: **1.** Aprovação da Ata da XXII Plenária e da Pauta. **2.** Saudação da Ministra Tereza Campello - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **3.** Informes. **4.** Contribuições ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **4.1.** Principais Desafios do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Maya Takagi - Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS. **4.2.** Metodologia para a Construção do Plano Nacional de SAN - Onaur Ruano – Secretário Executivo da Câmara Interministerial de Seg. Alimentar e Nutricional. **4.3.** Debate e encaminhamentos. **5.** Programa Temático de Segurança Alimentar e Nutricional do PPA 2012-2015 - Maya Takagi - Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS. **6.** Deliberações sobre encaminhamentos das CP's e GT's. **7.** Participação da Sociedade Civil no Governo Dilma - Ministro Gilberto Carvalho - Secretaria Geral da Presidência da República. **8.** Preparação da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **8.1.** Situação atual do processo de mobilização e organização da Conferência - Gleyse Peiter - Coordenadora da Subcomissão de Infra-Estrutura, Mobilização e Comunicação. **8.2.** Apresentação do Documento de Referência - Maria Emília Pacheco - Coordenadora da Subcomissão de Conteúdo e Metodologia. **8.3.** Debate e encaminhamentos. **9.** Encerramento. Após apresentação da pauta, passou a palavra à Ministra Tereza Campello, a quem fez um duplo agradecimento pela presença, apesar da gripe forte e da viagem marcada. **2. Saudação da Ministra Tereza Campello - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Com a palavra a Ministra Tereza Campello, disse de sua satisfação e de seu compromisso de estar sempre participando, contribuindo e trabalhando junto com o CONSEA e sugeriu que fosse tirado um dia para realizar-se uma discussão sobre o “Brasil Sem Miséria”. Destacou que se ateria a falar das novidades sobre o programa. Iniciou dizendo que o o “Brasil Sem Miséria” não partia do zero, mas que o Governo partia da ideia que a inclusão era um dos vetores que mantinham o Brasil crescendo e crescendo de forma sustentável. Apontou que nos últimos oito anos o Brasil havia tirado 28 milhões de pessoas da pobreza, incluíra 36 milhões na classe média. Observou que mesmo com todo esse crescimento e com toda essa agenda de inclusão ao longo desses oito anos, ainda havia 16 milhões de brasileiros recebendo menos de 70 reais por mês. Informou que a essência do plano era aumentar capacidades e aumentar capacidades em 3 grandes

áreas: i) Renda; ii) Inclusão Produtiva; iii) Ampliação de Serviços Públicos. Apontou que nas três áreas haviam importantíssimas novidades. Destacando alguns dados, informou que na avaliação do Governo, havia 800 mil famílias fora do "Bolsa Família" e em torno de 140 mil brasileiros com direito ao BPC sem recebe-lo de fato. Destacou que o esforço ao longo dos 4 anos era incluir essa população nos programas de transferência de renda. Ao destacar a parte de capacitação, defendeu que modificar a forma como eram ofertados os cursos no Brasil e ofertar uma agenda de cursos que fosse adequada para o perfil da população em situação de extrema pobreza era fundamental para o êxito da tarefa. Informou também que havia uma grande agenda no meio rural, agricultura familiar e assentados, buscando aumentar a capacidade e a produção, tanto numa rota de melhorar o auto-consumo das famílias, quanto de viabilizar o acesso ao mercado. Sobre o "Programa de Aquisição de Alimentos" do Governo Federal e das compras públicas, informou que o compromisso era passar do atual patamar, de em torno de 680, 700 milhões em 2011, para 2 bilhões em 2014, na tentativa de viabilizar uma ampliação substancial não só do PAA, como de todo um compromisso para que o PAA se voltasse para a população em situação de extrema pobreza, para que pudesse não só ter uma demanda firme do produzido, como auxiliando na qualificação do ponto de vista de inserção no mercado. Como outra novidade, apontou o "Bolsa Verde", que explicou ser uma bolsa de pagamento por serviços ambientais, mas voltado para populações de extrema pobreza. Com relação à agenda social, destacou que o objetivo era ampliar não só a oferta de serviços, mas olhar de que forma o Estado Brasileiro, municípios, Governo Estadual e Governo Federal, poderiam melhorar o foco nas famílias em extrema pobreza. Destacou que o debate que deveria haver no Consea, mais do que apresentar o plano, era um debate para que contasse com o apoio, com a fiscalização permanente do CONSEA, mas também contasse com a contribuição para que o Governo pudesse evoluir, pois apontou que o plano não era um plano estático e que queria a participação do CONSEA. Por fim, se colocou à disposição para voltar no próximo Consea para fazer um debate de dia todo, com os profissionais e técnico das diversas esferas e envolvidas. A seguir, o Sr. Renato Maluf agradeceu mais uma vez à Ministra Tereza Campello pelo esforço. Passando ao ponto **3. Informes**, i) O Sr. Renato Maluf fez um reconhecimento público à Comissão Permanente 4, pelo êxito da videoconferência sobre direito humano à alimentação que fora feita no dia 2 de junho, na reunião com os presidentes. ii) Informou também que houvera audiência pública sobre o PNAE, destacando ter estado presente, juntamente com Albaneide, Silvio e outros. iii) Informou também o pastor Werner esteve em uma audiência pública com o tema "Como produzir alimentos para atender as necessidades".

4. Contribuições ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 4.2. Metodologia para a Construção do Plano Nacional de SAN - Onaur Ruano – Secretário Executivo da Câmara Interministerial de Seg. Alimentar e Nutricional.

Passando ao próximo item da pauta, o Sr. Renato Maluf deu a palavra ao Sr. Onaur Ruano (MDS), que iniciou sua apresentação dizendo que esta retratava uma fotografia do momento atual no processo de elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Informou que o trabalho a ser relatado fora realizado pelo Comitê Técnico 4 da CAISAN, que tinha 14 Ministérios, dos 19 que compunham a CAISAN, mais a participação de 2 representantes do Consea e o apoio de dois consultores. Inicialmente, apresentou a estrutura e a metodologia do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em elaboração: i) apresentação, ii) prefácio, iii) contextualização e iv) grandes desafios. Destacou que quando se falava de objetivos, metas e iniciativas, estava se utilizando a metodologia de construção do PPA e apontou

que o plano dialogava intimamente com a construção do novo PPA 2012-2015. Informou que a meta era instituir, institucionalizar, consolidar o sistema em todo o território nacional até 2015, com uma meta quantitativa de chegar a todos os Estados e a 80% dos municípios já aderidos ao sistema. Como pressuposto central, apontou que o plano era compreendido como o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em “próximos passos”, destacou a oficina prevista para o dia 13 de julho de 2011 como uma nova contribuição importante do Consea para o Plano. Observou que nem só de avanços deveria ser o documento, informando que haveria um bloco, com o mesmo peso e com a mesma importância dos demais, para identificar os problemas de natureza estrutural e conjuntural para ajudar na leitura da contextualização e do diagnóstico, que já iriam organizando o processo de construção dos desafios, da produção que o plano tinha que apontar através das ações que dialogariam com os objetivos. Para finalizar, apresentou os 10 desafios a que chegou o Plano atualmente, explicando cada um. A seguir, foi passada a palavra à Sra. Mirlane (Secretaria Executiva do CONSEA), para fazer a apresentação do resultado do conjunto das contribuições ao Plano, efetuadas pelas Comissões Permanentes no dia anterior. A Sra. Mirlane (CONSEA) iniciou explicando que o trabalho fora feito no dia anterior, com base nas contribuições das Comissões Permanentes. Explicou também como as contribuições foram organizadas: apontou que em alguns casos alterações diretas nos desafios foram feitas; em outros casos, disse ter havido sugestão na parte da abrangência dos desafios; informou que algumas CP's propuseram novos desafios e que houve também sugestões de caráter geral, que a Secretaria não identificou em nenhum desafio específico e que constavam do final da apresentação. Após apresentar o conjunto das contribuições, o Sr. Renato Maluf agradeceu, parabenizou pelo trabalho e propôs ao Plenário uma salva de palmas ao trabalho de sistematização da Comissão e à simpática apresentação feita pela Mirlane. Em seguida, informou que as contribuições do Consea iriam para o grupo que estava preparando o Plano para serem trabalhadas, tendo o CONSEA uma nova oportunidade de ver como ficaria o ajuste, em data provisoriamente marcada para 13 de julho. O Sr. Carlos Eduardo Leite (Consea/BA) informou à Plenária sobre um artigo do Deputado Aldo Rebelo, publicado no dia anterior que colocava que “o Brasil perdera mais de 23 milhões de hectares de agricultura e pecuária em dez anos para Unidades de Conservação, terras indígenas ou expansão urbana”. Por afirmações como essas, reforçou a importância de colocar-se como desafio a questão da valorização da agrobiodiversidade e dos direitos dos agricultores e agricultoras como um componente estratégico, assim como a questão da promoção da agroecologia e reforma agrária. Em seguida, a Sr^a. Letícia Luiza (COIAB) repudiou a afirmação do Deputado Aldo Rebelo e solicitou fosse feita uma nota de repúdio pelo CONSEA a tal declaração. O Sr. Renato Maluf de pronto aceitou a solicitação de ser feita a nota de repúdio.

5. Programa Temático de Segurança Alimentar e Nutricional do PPA 2012-2015 - Maya Takagi - Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS. Passando ao ponto seguinte da pauta, a Sra. Maya Takagi (MDS) passou à apresentação do programa temático de segurança alimentar, informando estar com nove objetivos, que se traduziam em metas e iniciativas. Destacou que a meta era que o SISAN estivesse implantado no território nacional, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios através da adesão e da instituição de fórum de pactuação bitripartite e tripartite; que os planos estaduais e municipais estivessem elaborados e que os conselhos estaduais, distritais e municipais de SAN fossem apoiados. Após o intervalo do almoço, o Sr. Renato Maluf fez a leitura de uma carta solicitada pelo Sr. Ivo e pelo conselheiro

Ribamar, em relação aos episódios de ameaças, assassinatos e violências relacionados com comunidades quilombolas, a ser enviada ao Ministro Antônio Flores, do MDA; ao Ministro José Eduardo Cardoso, da Justiça; Ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos; Ministra Isabella Teixeira, do Meio Ambiente; Ministra da Promoção da Igualdade Social, Luiza Helena e ao Sr. Gersino José da Silva, ouvidor da Agrária Nacional. Não havendo discordâncias, a carta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, informou que em relação à carta de repúdio às declarações do Deputado Aldo Rebelo, a proposta que chegara à mesa era a seguinte "Os conselheiros representantes da Sociedade Civil presentes em reunião Plenária do Consea, decidiram por unanimidade apresentar um veemente repúdio de artigo de autoria do Deputado Federal Aldo Rebelo, PC do B, São Paulo, publicado no jornal 'Folha de São Paulo', de terça-feira, 14 de junho, no texto intitulado 'Código Florestal e a questão nacional'. Sem nenhuma manifestação em contrário, foi aprovada a manifestação e passou-se ao ponto

6. Deliberações sobre encaminhamentos das CP's e GT's. Com a palavra a Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco (Fórum Brasileiro de Soberania de Segurança Alimentar e Nutricional) apresentou uma proposta de minuta em que o Consea reivindicava a possibilidade de indicar nomes de especialistas para compor as subcomissões que tratam de Saúde Humana e Animal e das questões Vegetal e Ambiental, na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio. Como segunda proposta da Comissão Permanente 2, apresentou a sugestão de realizar-se uma mesa de controvérsia numa das oficinas temáticas da 4ª Conferência, com fins de articular o debate entre a liberação desenfreada dos agrotóxicos, relacionando com a liberação comercial de transgênicos.

7. Participação da Sociedade Civil no Governo Dilma - Ministro Gilberto Carvalho - Secretaria Geral da Presidência da República. Antes de passar a palavra ao Ministro Gilberto Carvalho, o Sr. Rentao Maluf informou que o objetivo do convite ao Ministro era para fazer uma primeira discussão na Plenária sobre a Participação Social no Governo Dilma Rousseff. Agradeceu ao Ministro, dizendo o CONSEA estar muito orgulhoso e satisfeito pela presença. O Ministro Gilberto Carvalho agradeceu a cada um dos presentes pela oportunidade que estava tendo e disse que tinha muita honra de estar na reunião. Em sua apresentação, informou que quando a Presidenta Dilma Rousseff o chamou para contribuir no Ministério, ela havia deixado muito claro como para ela a questão da participação social, da participação cidadã, do diálogo com a sociedade organizada, com os movimentos, com o mundo das ONGs, com todas as entidades não era uma questão lateral, era uma questão fundamental, essencial de seu governo. Destacou que além de trabalhar com as tradicionais representações do campo, estavam trabalhando com os movimentos das cidades, como o movimento de moradia, o movimento de catadores, de moradores de rua, dentre outros. Observou que por decisão da Presidenta, estava buscando fazer um trabalho de discussão, de diálogo a respeito das conferências e dos conselhos e destacou que sob o governo da Presidenta Dilma, não só se manteria o processo das conferências, como se aperfeiçoaria esse processo. Sugeriu organizar uma vinda da Presidenta ao Consea, destacando achar ser perfeitamente plausível e até necessário que ela pudesse também manter um diálogo com o CONSEA e apontou que da parte dela havia uma disposição pessoal efetiva de seguir dialogando. Por fim, apontou que até 2015 esperava-se para atingir os 8 objetivos do "Brasil Sem Miséria" e que e que o Consea tinha tudo a ver com isso, por isso contava muito com todos. Após a fase de debates, o Ministro Gilberto Carvalho agradeceu pelas manifestações, disse ter ouvido com muita atenção e anotado, e fez alguns comentários. Disse que a questão da relação do Governo com as ONGs e com as organizações sociais era, de fato, um problema gravíssimo. Apontou que de um lado era preciso simplificar,

de outro lado era preciso ter segurança porque o dinheiro público precisa ser zelado, precisa ser cuidado, apontou. Disse que estavam tentando achar um caminho e aceitava contribuições e sugestões, motivo pelo qual destacou estar mantendo esse diálogo com a representação da maioria dos representantes. Informou que a Sra. Maria Vitória, sua Chefe de Gabinete na Secretaria Geral, era quem estava coordenando esse processo e da destacou que da parte do Governo havia vontade política clara e definida de resolver esse problema. Respondendo à Rosane, brincou dizendo que chamaria um chaveiro para abrir a porta de todos Ministérios e afirmou que a Secretaria Geral poderia ser usada como uma porta para isso, pois um dos papéis dela era fazer mediação, conversar com os companheiros do Ministérios. O Sr. Renato Maluf agradeceu ao Ministro, disse que o CONSEA estava muito honrado com sua presença e muito feliz de saber que a presidenta Dilma tinha alguém com seu perfil ao lado dela. Retornando aos encaminhamentos das Comissões Permanentes, O Sr. Antonio Ricardo Domingos da Costa (APOINME) leu a moção encaminhada pela CP6 à plenária, que propunha aprovar uma Exposição de Motivos à presidenta Dilma Rousseff para que assinasse a minuta do Decreto de criação da PNEGATI o mais rápido possível, de forma que se possa trabalhar para concretizar as diretrizes e objetivos formados na minuta em prol da qualidade de vida dos povos indígenas e da preservação ambiental de suas terras, o que certamente contribuiria de forma decisiva para ação. O plenário aprovou a proposta por aclamação. Passando à discussão do ponto **8. Preparação da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 8.1. Situação atual do processo de mobilização e organização da Conferência - Gleyse Peiter - Coordenadora da Subcomissão de Infra-Estrutura, Mobilização e Comunicação**, a Sra. Gleyse Peiter apresentou o andamento da parte de infraestrutura em si, que era o termo de referência feito pelo MDS, com a maior parte dos recursos, a parte do plano de comunicação e do plano de mobilização. Apontou que a Comissão havia estudado bem detalhadamente toda a planilha de custos que precisaria e o valor era um pouquinho acima dos 3,5 milhões de reais disponibilizado pelo MDS, motivo pelo qual estavam buscando patrocínios, já tendo conseguido garantir o patrocínio da Fundação Banco do Brasil, da Petrobrás, do SESI e do SESC. Em relação ao plano de mobilização, informou já terem sido enviados ofícios para os prefeitos e governadores e para a rede da sociedade civil também, para que ajudassem na mobilização dos delegados. Em relação ao plano de comunicação, informou que o plano de comunicação tinha muitos parceiros que estavam ajudando, como a SECOM, a Presidência da República. Destacou que os spots de rádio estavam prontos e foram enviados há dois dias para as rádios, onde seriam tocados. Apontou que os documentos de referência estavam sendo impressos e seriam mandados para todos os conselheiros. **8.2. Apresentação do Documento de Referência - Maria Emília Pacheco - Coordenadora da Subcomissão de Conteúdo e Metodologia. 8.3. Debate e encaminhamentos.** Passando à Sra. Maria Emília Pacheco, iniciou dizendo que faria brevemente a apresentação do documento, mas inicialmente fez um agradecimento especial a todos os componentes da Comissão de Metodologia e também a Secretaria do Consea, que apontou prontamente atender, e com grande competência, destacou, contribuir sob a coordenação da Michele para finalização do documento. Destacou que das várias orientações constantes no documento, havia também uma orientação bem detalhada sobre como devia ser elaborado o documento final das conferências estaduais e do Distrito Federal. Apontou que desde o início do processo de preparação da Conferência constava explicado que seria votado, além das moções, uma declaração política que passava pelos conteúdos dos vários eixos, mas de uma forma bem resumida, destacou. O Sr. Malaquias Batista Filho (Pesquisador da

Universidade Federal de Pernambuco) disse que já se falava na declaração política que encerraria a conferência, se animava a fazer uma proposta bem mais ambiciosa, que contemplasse a expressão “desenvolvimento humano”, que informou incluir cerca de oito aspectos. Após algumas intervenções do plenário, Sra. Maria Emília Pacheco informou que o documento que viria dos Estados deveria conter cinco páginas, mas que haveria tolerância. Destacou que o que precisava ficar muito claro era a necessidade de uma análise, um balanço das violações ao direito humano à alimentação no Estado e ao mesmo tempo um balanço muito sucinto sobre como chegavam aos Estados os programas federais e também aqueles que são de iniciativa do Estado, da própria Unidade da Federação e da sociedade. Com a palavra o Sr. Renato Maluf, fez três lembranças: i) Que a Mesa aguardava pelo menos três voluntários, Conselheiros da Sociedade Civil, para contribuir na preparação da Plenária sobre Saúde, a ocorrer provavelmente em agosto; ii) Que a Mesa aguardava voluntários para a preparação da Plenária de setembro sobre Reforma Agrária e Direitos Patrimoniais; iii) Lembrou que àqueles que tinham interesse em participar da Comissão de Transição que trabalharia a composição do novo Consea que também se manifestassem junto à Secretária. Sem mais manifestações, agradeceu a presença de todos, desejou um bom retorno aos que viajarão e encerrou a reunião.